

Ata Nº 592 – Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às nove horas, iniciou-se a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú–SC** de forma híbrida, via Zoom e presencial na Câmara de Vereadores. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Sandra Mara Luchtenberg, João Carlos Alves dos Passos, Leandro Teixeira Ghilardi e Bruno Figueredo Arceno. Via remota estavam participando os seguintes conselheiros: Patrícia da Costa Oliveira, Mayara Cristina Fonseca, Carli Verona Carneiro, Maria Helena Bitencourt, Valdeci Matias, Josiane Hoepers. A conselheira Grasiela Teixeira justificou ausência, pois está em atestado médico. Estavam presentes também por via remota: Vanessa Carminati do Couto Bosi, representante da Associação Árvore da Vida – Casa das Anas; Keli, David e Marisa, coordenadora e Assistentes Sociais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Maria Ferracini Piconi, representante da Biblioteca Comunitária Bem Viver; Patricia Nicodemus Valenzuela e Djaíza Gomes de Sá Souza, representantes do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes vítimas ou Testemunhas de Violência; Cleusimar da Silva, representante do Centro Integrado Escola Empresa – CIEE; Jeferson Leal, representante da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social; Schirlei Silva, representante da Associação Educacional de Formação Intercultural Cidadã – OLAKUNDE; Caroline Signori Feix e Maurício Rafael Coelho, Conselheiros Tutelares; e Daltiel Marinho. A vice presidente Sandra presidiu a reunião e explicou que a presidente Patricia estaria participando de forma online, pois estava em viagem. Pauta 01: Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº591. A ata da reunião ordinária de oito de março foi aprovada por unanimidade. Pauta 02: Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Documentos Expedidos: Memorando nº10.000, de nove de março, enviado a Procuradoria Jurídica solicitando parecer referente a substituição da conselheira tutelar suplente Angela Nazari, que esta substituindo a conselheira tutelar titular Camille Amorim Mello em sua Licença Maternidade; E-mail de quinze de março, enviado a Associação O Vento Brasil informando que as Prestações de Contas relativas aos Termos de Parceria com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA devem ser apresentadas à Secretaria de Controle Governamental, de acordo com o que está especificado no termo; Memorando nº7.150, Despacho Cinco, de quinze de março, enviado a Secretaria de Controle Governamental, informando que este CMDCA não tem acesso ao memorando distribuído e informando que este conselho continua aguardando o parecer solicitado sobre a questão do pagamento de locação da Biblioteca Comunitária Bem Viver; Memorando nº5.336, Despacho Oito, de quinze de março, enviado ao Gestor de Parceria do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, informando que este CMDCA não tem acesso ao memorando distribuído e informando que este conselho continua aguardando o parecer solicitado sobre a questão do pagamento de locação da Biblioteca Comunitária Bem Viver; Memorando nº7.150, Despacho Oito, de dezessete de março, enviado a Procuradoria Jurídica encaminhando o Termo de Colaboração FMDCA nº 10/2021, Plano de Trabalho e Edital nº003/2021 – Edital de Chamamento Público, para análise da Procuradoria-Geral sobre a questão do pagamento de locação da Biblioteca Comunitária Bem Viver; E-mail de dezessete de março, enviado a Rede de Atendimento e Proteção da Criança e do Adolescente encaminhando a Resolução nº048/22/CMDCA, que cria regras para volta as aulas presenciais no âmbito das Escolas Públicas e Privadas de Balneário Camboriú-SC, para conhecimento e cumprimento; Memorando nº11.792, de dezessete de março, enviado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social informando que a Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar, realizou visita a sede do Conselho Tutelar e que foi evidenciado a necessidade de manutenção de ar condicionados e alguns outros reparos, além disso, foi observado a falta de materiais de expediente, necessários para o desenvolvimento das atividades; E-mail de dezessete de março, enviado ao

Departamento de Marketing da Prefeitura solicitando publicação das Resoluções nº047 e nº048 deste ano; E-mail de dezessete de março, enviado a Federação Catarinense de MuayThai Tradicional – FECAMTT, informando que a Comissão de Política de Atendimento dos Direitos analisou o projeto e observou que a justificativa não corresponde ao projeto e também não é citada a questão do Diagnóstico Social, que os objetivos geral e específicos estão inadequados e precisam ser revistos e a estratégia de atuação também está inadequada e informando que se faça um checklist dos documentos a serem entregues, pois faltaram muitos documentos; E-mail de dezessete de março, enviado a Associação Educacional de Formação Intercultural Cidadã – OLAKUNDE, informando que a Comissão de Política de Atendimento dos Direitos analisou o projeto e observou que o mesmo não foi enviado dentro dos moldes do Modelo de Projetos do CMDCA, que alguns itens não foram preenchidos, faltaram dados e também faltou explicação do porquê a instituição foi criada e quem participou da criação, além disso faltou comentar sobre o Diagnóstico Social e faltou especificar a capacidade de atendimento e o projeto realizado e informando que se faça um checklist dos documentos a serem entregues, pois faltaram muitos documentos; E-mail de dezoito de março, enviado ao Instituto Cairo, solicitando orçamento dentro do Conteúdo Programático para realização do Curso de Formação da Escuta Especializada de Balneário Camboriú, que deverá acontecer neste primeiro semestre deste ano; com o mesmo conteúdo foram enviados e-mails para a Escola do Legislativo da Câmara de Vereadores; para a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e para o Instituto Lumina; Memorando nº7.174, de dezoito de março, encaminhado a Secretaria de Controle Governamental, encaminhando a ata da Reunião Ordinária de quinze de Fevereiro, que aprova as Prestações de Contas de 2021 do FMDCA; E-mail de vinte e um de março, enviado a Associação Educacional de Formação Intercultural Cidadã – OLAKUNDE informando que a análise dos projetos e dos documentos são realizadas pela Comissão de Política de Atendimento dos Direitos e pela Comissão de Registro Inscrição e Reavaliação, que nas reuniões ordinárias, estas comissões se manifestam e informam se são favoráveis a Inscrição do Projeto e ao Certificado de Registro e Qualificação, ou se não, informam os documentos faltantes e também as alterações necessárias no projeto a ser desenvolvido, além disso sugerimos que a Associação OLAKUNDE participe da reunião online, dia vinte e dois de Março, às nove horas, para sanar as dúvidas e informando da necessidade da entrega dos documentos faltantes, para dar andamento ao processo de Registro e Qualificação. Documentos Recebidos: Memorando nº7.509, Despacho Três, de vinte e três de fevereiro, enviado pela Procuradoria Jurídica informando, sobre o questionamento da suplência do Conselho Tutelar, que se a suplente permanecer em trabalho remoto, não há como sustentar substituição, pois a conselheira suplente estará no exercício das atividades laborais, caso inviável sua manutenção em trabalho remoto, a substituição será possível, contudo será mais onerosa, já que a conselheira suplente terá garantido o direito à estabilidade da gestante; E-mail de oito de março, enviado pela 4ª Promotoria de Justiça, informando que a reunião solicitada pelo Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes vítimas ou Testemunhas de Violência, foi agendada para o dia onze de março, às quatorze horas, através do link: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_ZjM5NTc0MTctMGYwYy00MDg0LTkwMGYtYTM4YjFiODhkZjkw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2297548954-fd5c-4411-b07c4dc445759c9a%22%2c%22Oid%22%3a%22860c9990-48ce-468b-aa34-0f3cb79cd6b3%22%7d; E-mail de oito de março, enviado pela Fundação Abrinq, informando dos trinta e dois anos de atuação e divulgando as ações; Memorando nº5.336, Despacho Sete, de nove de março enviado pelo Gestor de Parceria do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, solicitando informações quanto a posição deste conselho sobre a questão do pagamento de locação da Biblioteca Comunitária Bem Viver; Memorando nº8.360, Despacho Cinco, de quatorze de março,

enviado pela Secretaria de Controle Governamental informando que o processo de Termo de Parceria entre o FMDCA e a Associação de Apoio às Famílias dos Deficientes Físicos, referente ao Edital de Chancela, está aguardando parecer da comissão da seleção; E-mail de quatorze de março, enviado pela Gestora de Parcerias do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, Sra. Haydée Assanty, encaminhando os pareceres de aprovação das Prestações de Contas das parcerias com a Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral e da Associação de Proteção Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, referentes aos últimos meses do exercício de Dois Mil e Vinte e Um; Ofício nº10, de quinze de março, encaminhado pelo Grupo de Estudos e Apoio à Adoção Anjos da Vida, solicitando o custeio de inscrição, hospedagem e passagem para as conselheiras Grasiela Aparecida Teixeira e Carli Verona Carneiro, no ENAPA: Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, que será realizado nos dias nove, dez e onze de junho, em Araxá MG; Memorando nº7.150, Despacho Seis, de quinze de março, enviado pela Procuradoria Jurídica solicitando o Termo de Colaboração FMDCA nº 10/2021, Plano de Trabalho e Edital nº003/2021 – Edital de Chamamento Público, para análise da Procuradoria-Geral sobre a questão do pagamento de locação da Biblioteca Comunitária Bem Viver; E-mail de quinze de março, enviado pela Associação O Vento Brasil, encaminhando cópia da prestação de contas da primeira parcela do Termo de Parceria da entidade com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA; E-mail de dezesseis de março, enviado pela Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS solicitando aditivo ao Plano de Trabalho do Termo de Parceria da entidade com o FMDCA para a execução do Programa de Atendimento Familiar – PAF; E-mail de dezoito de março, enviado pela Associação Educacional de Formação Intercultural Cidadã – OLAKUNDE solicitando agendamento de reunião para sanar algumas dúvidas referentes ao processo de Registro e Qualificação, bem como da inscrição do projeto neste CMDCA; E-mail de dezoito de março, encaminhado pelo Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes vítimas ou Testemunhas de Violência solicitando envio de e-mails para a Escola do Legislativo, Empresa Lumina, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Instituto Cairo, solicitando orçamento para realizar capacitação dos profissionais que atuarão na Escuta Especializada; E-mail de dezoito de março, enviado pelo Conselho Tutelar, solicitando a participação da conselheira tutelar Caroline Signori Feix, no I Encontro Nacional dos Conselheiros Tutelares, que acontecerá nos dias vinte e oito, vinte e nove e trinta de março; E-mail de vinte e um de março, enviado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA encaminhando o Ofício nº 20/2022/SDS/DIDH/CEDCA que comunica acerca do início das atividades da Comissão Organizadora da XII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – XII-CNDCA do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reuniu nos dias oito e quatorze de março, informando que o tema proposto para as Conferências será apresentado na 301ª Assembleia Ordinária do CONANDA, a ser realizada no dia vinte e três de março, explicando que será necessário ajustar o cronograma das etapas municipais e estaduais para que haja tempo hábil na construção dos documentos que subsidiarão a realização das Conferências no âmbito municipal, estadual e nacional e solicitando que os Conselhos Municipais aguardem orientações, pois novas datas e informações serão encaminhadas; E-mail de vinte e um de março, enviado pelo Especialista Emerson Brant encaminhando proposta e orçamento do Instituto Anjos Maura Vieira, para realização da Capacitação dos Profissionais da Escuta Especializada no município; Proposta e orçamento enviado em vinte e um de março, pelo CCAP – Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional Jussinara Narvaz para realização da Capacitação dos Profissionais da Escuta Especializada no município; E-mail de vinte e um de março, encaminhado pela Fundação Abrinq, convidando os representantes dos municípios participantes da Sétima Edição (Gestão Dois Mil e Vinte e

Um a Dois Mil e Vinte e Quatro) para a Apresentação do Cronograma de Atividades para Dois Mil e Vinte e Dois e Lançamento do novo Kit de Comunicação, que ocorrerá no dia vinte e dois de março, das quinze às dezesseis horas, via plataforma Microsoft Teams. Foram entregues os Relatórios de Atividades das seguintes entidades: Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral (Mês de fevereiro); Grupo de Estudos e Apoio à Adoção Anjos da Vida (Mês de fevereiro); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Projeto PDEAR e Projeto Equoterapia (Mês de fevereiro); Associação Dragão Negro (Mês de fevereiro); e Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC (Mês de fevereiro). Foi aprovado por unanimidade o Ofício nº10 do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção Anjos da Vida solicitando o custeio de inscrição, hospedagem e passagem para as conselheiras de Direitos Grasiela Aparecida Teixeira e Carli Verona Carneiro, no ENAPA: Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, que será realizado nos dias nove, dez e onze de junho, em Araxá – MG. Sobre a formalização do Termo de Parceria entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e a Associação de Apoio às Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI, através do Edital de Chancela, o mesmo já foi encaminhado para o Gestor da Parceria. Referente a participação dos conselheiros tutelares no I Encontro Nacional dos Conselheiros Tutelares, que acontecerá nos dias vinte e oito, vinte e nove e trinta de março, a presidente informou que infelizmente não se tem tempo hábil para realização de todos os trâmites legais. A presidente informou também que o curso de Capacitação do SIPIA que aconteceria presencialmente em Curitiba, foi cancelado e o curso aconteceu de forma virtual, entretanto o Conselheiro Paulo que participaria, não quis mais participar. A vice presidente Sandra justificou que o convite chegou no dia quatorze de março. A conselheira Maria Helena questionou se não existe uma forma mais rápida de fazer esse tipo de encaminhamento, evitando que o conselheiro tutelar deixe de participar de um evento tão importante. A presidente Patricia informou que todas as solicitações passam por comitê gestor para aprovação e a demanda é muito grande. Sobre a questão do pagamento de locação da Prestação de Contas da Biblioteca Comunitária Bem Viver foi informado que o Procurador solicitou alguns documentos para realizar a análise, o que foi enviado para o mesmo e que agora aguarda-se o parecer do mesmo. A Sra. Maria, representante da Biblioteca Comunitária Bem Viver informou que o gestor aguarda o parecer formal do CMDCA para liberação da utilização do recurso de aluguel, ou com aluguel ou material de consumo e solicitou que este conselho informe a Secretaria de Controle Social assim que possível, para que não atrase a prestação de contas. Referente a substituição da suplência do Conselho Tutelar, o retorno da Procuradoria Jurídica diz que se a suplente permanecer em trabalho remoto, não há como sustentar substituição, pois a conselheira suplente estará no exercício das atividades laborais, caso inviável sua manutenção em trabalho remoto, a substituição será possível. A vice presidente colocou em discussão o assunto e a presidente informou que esta semana está para ser revogado o decreto que autorizava o trabalho remoto das gestantes. Que sairá uma instrução normativa da Secretaria de Gestão Administrativa sobre esse retorno. Sendo assim este CMDCA aguardará o retorno do trabalho remoto da conselheira suplente, pois a determinação nacional que permitia o home office foi revogada. Pauta 03: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: Medidas socioeducativas. A presidente passou a palavra para a coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS que agradeceu a presença e falou que o CREAS enviou ofício ao CMDCA pedindo o espaço para solicitar parceria deste conselho na rearticulação do Plano de Medidas Socioeducativas. Explicou que na pandemia outras medidas foram tomadas, foi implantado o Projeto Leitura com os adolescentes e as Prestações de Serviços Comunitários – PSC's foram suspensas e com isso a rede que acolhia esses adolescentes, por conta do isolamento social, acabou se perdendo. Sendo assim, a solicitação do CREAS é no sentido de rever o plano e buscar organizar um encontro entre

a rede. Explicou que um dos problemas é que muitos adolescentes só tem o Ensino Fundamental e por isso não conseguem participar de cursos informativos e profissionalizantes para o mercado de trabalho. Que muitos nem possuem celular. A coordenadora explicou que existe a ajuda municipal, através do Departamento da Juventude, mas percebem que o plano tem suas fragilidades que precisam ser revistas. Sugeriu a realização de um seminário para a Rede de Atendimento buscando fazer essa ponte de acolhida do adolescente para o mercado de trabalho. Solicitou que a Secretaria de Educação forneçam as vagas de adolescentes em medidas socioeducativas para que eles retornem para a escola. O conselheiro Bruno, que é representante da Secretaria de Educação se dispôs a fazer essa articulação, convidou o CREAS para uma reunião no seu departamento para iniciar uma conversa, verificar as necessidades e poder auxiliar no que for preciso. A coordenadora do CREAS solicitou um debate do conselho sobre o assunto, solicitando uma ação imediata para esse movimento de articulação da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente. A presidente do CMDCA Patricia falou da importância de articular a rede e sugeriu o mês de abril para realização deste encontro com toda a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente. Colocou a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – Casa da Família a disposição para se reunir com o CREAS para também buscar soluções e ações. A coordenadora do CREAS questionou se o chamamento do evento seria realizado pelo CMDCA ou pelo órgão. O conselheiro João falou que a contribuição do CREAS é fundamental, mas que a condução da organização deste encontro deverá ser realizado pelo CMDCA, pois é o conselho que articula a rede. Ressaltou que esse encontro e essa revisão do plano deve ser conduzida por este conselho de forma tranquila e ouvindo todas as partes. A vice presidente Sandra falou que o CMDCA está disponível para reunir a rede visando melhorar o Plano de Medidas Socioeducativas. A coordenadora do CREAS agradeceu e solicitou participar juntamente com o conselho no debate para verificar as melhorias. Solicitou também um debate sobre os cursos profissionalizantes e o mercado de trabalho. A vice presidente Sandra falou que é necessário pensar nestes adolescentes, que o debate foi iniciado, que a Secretaria de Educação e a Casa da Família realizarão encontro com o CREAS para verificar as necessidades e que este conselho se organizará para realizar o encontro com a Rede de Proteção. Pauta 04: Comissão de Estudo e Organização de Edital: Edital de Chancela: Análise, alterações e aprovação. A comissão se manifestou dizendo que as alterações são poucas, que tem que incluir a nova legislação, mas solicitaram mais um tempo para realizar a análise completa, visto que o atual Edital de Chancela foi prorrogado. Foi deliberado que a vice presidente Sandra organizará uma reunião com a comissão para discutir o edital e que na próxima reunião o mesmo será colocado para aprovação. O conselheiro João informou que falou com alguns parlamentares e solicitou que eles pudessem fazer um trabalho junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA para poder ampliar a discussão sobre a Resolução Nacional que trata do Edital de Chancela, pois foi judicialmente revogada. Explicou que a legislação municipal prevê o edital, mas a nacional não, sendo assim há necessidade de abertura desse diálogo com o Conselho Nacional. Falou que este encontro será realizado e convidou os conselheiros interessados em participar, que o assunto será as deliberações do conselho nacional e também o edital de chancela. Pauta 05: Organização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Agendamento de reunião. A vice presidente falou que a comissão é formada pelos conselheiros Luciano, Patricia, Leandro e Cátia. O conselheiro Luciano explicou que a comissão iria se reunir, mas como ainda faltam informações efetivas para dar andamento ao processo, a reunião foi adiada. Restou deliberado que o conselheiro Luciano coordenará a comissão. Os conselheiros Bruno, Djaíza e Maria Helena se manifestaram para também fazerem parte desta comissão. O conselheiro Luciano se responsabilizará em organizar uma reunião com a comissão para que na próxima assembleia a comissão já possa trazer algumas

informações para a plenária. Pauta 06: Comissão de Orçamento e Fundo: Análise da solicitação de aditivo no Plano de Trabalho da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS. A vice presidente passou a palavra para o conselheiro João, representante da Associação PAIS que explicou que este projeto deverá ser executado pela ação dos Projetos Governamentais. Explicou que Casa da Família necessita realizar um trabalho emergencial de atendimento psicológico e para isso precisará de profissionais para fazer esse serviço e esta contratação será realizada por uma instituição, pois é uma forma rápida e eficaz de executar o serviço. Explicou que a demanda do PAIS não será afetada de forma direta e que com esse serviço a lista de espera da rede poderá ser eliminada. Falou que o trabalho será executado diretamente na Casa da Família. A presidente Patricia, representante da Casa da Família falou que este recurso veio de encontro ao que era necessário e que serão utilizados verbas governamentais para a execução do mesmo. A vice presidente Sandra questionou a contrapartida. O conselheiro João explicou que a instituição PAIS firmou um contrato com a prefeitura de Dois Mil e Vinte para executar onze mil atendimentos no ano, e que em Dois Mil e Vinte e Um a associação fez vinte e oito mil atendimentos. João falou que a forma de atendimento foi modificada com a pandemia, o que otimizou o tempo dos profissionais. Disse que além disso é fundamental entender que a associação realizará trabalho interligado com a Casa da Família, assim como outros órgãos. A presidente Patricia falou que essa foi uma estratégia da Casa da Família para atender a demanda e para melhorar os atendimentos públicos. A vice presidente fez algumas considerações sobre o Plano de Trabalho e o que foi acatado pelo conselheiro João. O conselheiro Luciano falou que é positivo a prefeitura utilizar dos recursos para desenvolvimento do projeto com uma Organização da Sociedade Civil – OSC's, porém a forma que foi proposta é que não foi correta, visto que a utilização dos recursos devem ser realizados através de novo edital, para abrir espaço para outras entidades que trabalham com essa demanda. Falou da necessidade deste trabalho, elogiou o projeto, porém não concordou com a metodologia que foi proposta. O conselheiro João concordou com o conselheiro Luciano, referente a metodologia utilizada para contratação, porém justificou que devido à urgência da contratação o processo foi realizado desta maneira, mas que não é irregular e o aditivo é possível. Mas falou ainda que o ideal seria abrir um Edital de Chamamento Público para essa contratação, porém devido a demora dos trâmites para realização do edital, acarretaria na demora da prestação deste serviço para os munícipes que já estão aguardando. Ressaltou que sabe-se que um edital demora no mínimo três meses para ser realmente concluído, mas que entende que para uma nova contratação o processo de chamamento público é o ideal e mais adequado. Sendo assim, foi aprovado o aditivo ao Plano de Trabalho enviado pelo PAIS, para o exercício de Dois Mil e Vinte e Dois e Dois Mil e Vinte e Três, no valor de Duzentos e Noventa e Nove Mil, Quinhentos e Cinquenta e Quatro Reais e Oito Centavos, que será para contratação de três psicólogas e uma assistente social (vinte horas cada) e de uma coordenadora técnica (quarenta horas). O conselheiro João se absteve do voto por ser representante da OSC contratada. Pauta 07: Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar. A presidente informou que o Conselho Tutelar foi contemplado com o kit de equipagem para o Conselho Tutelar e que esta foi uma articulação com Ministério dos Direitos humanos e será entregue no mês de abril. O conselheiro tutelar Maurício agradeceu a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social pelo recebimento do kit, que ajudará muito no trabalho desenvolvido. O conselheiro João questionou se os conselheiros tutelares participaram do projeto do Conselho do Ministério Público. A presidente informou que foram enviados todos os documentos solicitados. Pauta 08: Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes vítimas ou Testemunhas de Violência. A coordenadora do comitê Patricia Nicodemus informou que foram enviadas solicitações de reunião do comitê com o Ministério Público, com a Vara da Infância e Juventude e com a

Delegacia da Criança e Adolescente – DPCAMI, para informar das ações da implantação da escuta especializada no município. Falou que a reunião com o Ministério Público aconteceu dia onze de março, com o Promotor Dr. Alan Boettger. Patricia disse que a reunião com a 4º Promotoria de Justiça foi muito produtiva, que vários membros do comitê estavam presentes e que a Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente também estava participando. Patricia falou que assim que a ata estiver pronta será disponibilizada para os conselheiros de direitos para ciência. Disse que no momento as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência estão sendo encaminhados para a Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS e para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que o prazo para encaminhamento para estas instituições é o mês de maio, que até este mês os profissionais que estarão a frente da Escuta Especializada estarão capacitados. Patricia falou também da sua participação e da participação dos conselheiros Josiane e Maurício no Seminário de Escuta Especializada que aconteceu em Belo Horizonte. Disse que foram três dias de muito conteúdo e conhecimento e sugeriu realizar um encontro com os conselheiros e/ou com a Rede de Proteção para repassar as informações adquiridas no seminário. O tempo para realização deste encontro seria de no mínimo uma hora e meia, pois são muitos conteúdos a serem abordados. O conselheiro João sugeriu fazer o encontro em parceria com a Escola do Legislativo, de forma presencial, com certificado, e filmando para que seja disponibilizado via youtube. Sugeriu a segunda quinzena do mês de abril para realização do evento com a rede e sugeriu que os três participantes sejam os organizadores dos conteúdos a serem repassados. Todos concordaram com a sugestão. Patricia falou que o comitê se organizará para a realização do encontro. A vice presidente ressaltou que a ata da reunião do comitê com o Ministério Público seja disponibilizada para os conselheiros para que todos tomem ciência. A coordenadora do comitê levantou a questão da deliberação sobre os orçamentos para a capacitação dos profissionais que atuarão na Escuta Especializada. Explicou que o comitê montou dois conteúdos programáticos baseados em orçamentos anteriores, que seria um curso para toda a Rede de Proteção e outro curso que seria a capacitação dos profissionais que atenderão na Escuta Especializada. Falou que foi enviado o conteúdo programático do curso para as empresas Lumina, Instituto Cairo, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e para a Escola do Legislativo. Mas que não houve retorno, pois o tempo de solicitação e prazo para entrega foi muito curto. Mas falou que o comitê recebeu dois orçamentos nesta semana, uma proposta foi do Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional Jussinara Narvaz, com o tema Proposta Curso de Formação de Entrevistadores para Escuta Especializada de Vítimas De Violência para rede de atendimento do Município de Camboriú/SC – Lei nº13.431 de 2017, porém o conteúdo enviado não está de acordo com o conteúdo programático montado pelo comitê. A outra proposta foi do Instituto Anjos Maura de Oliveira, com o Curso em Técnica de Escuta Especializada com Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. Patricia falou que esta proposta aborda o conteúdo programático, que os custos referentes aos honorários do profissional (horas-aula) não serão cobrados e o que será custeado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA são as despesas relativas ao transporte, hospedagem e alimentação do instrutor, devendo, os mesmos, serem acordados quando do fechamento desta proposta, visto que os valores destes serviços variam. Falou que pode-se aguardar mais uma semana para verificar se mais alguma empresa irá se manifestar. O conselheiro João falou que o orçamento recebido pelo Instituto Anjos Maura de Oliveira, provavelmente será o mais acessível, visto que o palestrante não cobrará os seus honorários e as despesas que este conselho terá será de passagem, alimentação e hospedagem. Outro fator importante desta capacitação é que o profissional expositor que realizará o evento Emerson Brant, tem um excelente currículo. Emerson é Policial Civil que trabalha na Delegacia da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, responsável

pelo setor de Depoimento Especial com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, Instrutor em Técnica de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas pelo Royal Canadian Mounted Police – Canadá, Graduado em Psicologia pela Universidade Gama Filho, possui Curso de Tratamento e Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas pela UNI-IBMR, Curso Especialização em Atendimento em Vítimas de Violência PUC-RJ, Curso de Combate à Pedofilia, Pornografia Infantil, Projeto Pontes – Department of Justice – E.U.A; Curso de Capacitação em Técnica de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Curso Entrevista Forense com crianças e Adolescentes: a entrevista, a ética e a Técnica, Curso de Capacitação em Técnica de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas- Royal Canadian Mounted Police – Canadá, Instrutor do Curso de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas para Policiais Civis – Academia de Polícia Sylvio Terra – ACADEPOL-RJ, Coautor do livro Psicologia na Prática Jurídica, Coautor do livro Anjos na Escuridão, Autor do livro infantil – *Maria Aninha a menina que botou a boca no trombone* e Coordenador do Projeto: Prevenir Brincando Prevenção ao Abuso Sexual – APPIA/PETROBRAS. Restou deliberado que neste momento o orçamento aprovado será o do Instituto Anjos Maura de Oliveira, com o Curso em Técnica de Escuta Especializada com Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. Restou aprovado que as capacitações serão continuadas e que se houverem mais orçamentos enviados, estes serão analisados futuramente. Patricia informou que o comitê está em contato com a Casa da Família, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde e que está bem ativo, que o protocolo está praticamente concluído, explanou sobre o espaço dentro da Casa da Família que será referência para a Escuta Especializada, onde os profissionais que serão capacitados atuarão, e falou dos alinhamentos referentes aos encaminhamentos. O conselheiro João questionou como serão realizados estes atendimentos na prática. Patricia informou que os profissionais que atenderão na Casa da Família só iniciarão os atendimentos após a formação e capacitação dos profissionais, enquanto isso não acontece os encaminhamentos serão para o PAIS e/ou para o CREAS. Foi solicitado ao comitê que todas as ações do mesmo devem ser apresentadas ao CMDCA para que sejam aprovadas. Pauta 09: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos: Análise da solicitação de Inscrição de Projetos da Federação Catarinense de MuayThai Tradicional – FECAMTT e Análise da solicitação de Inscrição de Projetos da Associação Educacional de Formação Intercultural Cidadã – OLAKUNDE. A comissão se manifestou dizendo que analisou o reenaminhamento do projeto, com as alterações solicitadas por este conselho, da Federação Catarinense de MuayThai Tradicional – FECAMTT, que as considerações foram acatadas e que aprovam a Inscrição do Projeto. Restou aprovado a Inscrição do Projeto, porém como faltam documentos a serem entregues para formalização do Registro e Qualificação o mesmo só será liberado quando da regularização do registro. Quanto a Associação Educacional de Formação Intercultural Cidadã – OLAKUNDE o projeto não foi enviado para análise. A representante Professora Shirlei fez parte da reunião e informou que não enviaram o projeto pois ficaram em dúvida quanto a entrega do mesmo. Explicou que em outros municípios geralmente se registra a entidade, para depois apresentar o projeto. A comissão explicou que neste CMDCA o Registro e Qualificação e a Inscrição do Projeto são aprovados juntos. Que a entidade já esteja realizando um projeto, que deve ser apresentado para que este conselho conheça o serviço que será prestado para a Rede de Atendimento. A comissão explicou que a entidade poderá inscrever vários projetos. Shirlei falou sobre a associação OLAKUNDE, sobre os municípios que já estão atuando e tirou algumas dúvidas sobre o projeto. A Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação se manifestou dizendo que a entidade precisa encaminhar a documentação completa para análise, pois foram encaminhados poucos documentos. Que os documentos estão discriminados na Resolução nº026/2019 que trata do Registro e Qualificação e da Inscrição do Projeto. A

representante entendeu a dinâmica deste conselho e falou que organizará a documentação necessária e que encaminhará o projeto de acordo com as considerações deste CMDCA. Pauta 10: Assuntos Gerais. A presidente do Conselho Tutelar conselheira Caroline se manifestou, dizendo que só pode participar no final da reunião e como a pauta sete já tinha passado, solicitou espaço para dizer que a situação do Conselho Tutelar está complexa, que o órgão está trabalhando com quatro conselheiros presenciais, três titulares e uma suplente e uma conselheira suplente em home office. As suplentes estão substituindo a conselheira que está em Licença Gestação e outro conselheiro que está em férias. Que o Conselho Tutelar solicitou parecer deste CMDCA quanto a esta situação e que não houve retorno do mesmo. Caroline informou que em uma reunião com o Ministério Público os conselheiros tutelares foram questionados do porquê estavam trabalhando em quatro conselheiros presencialmente, que na ocasião falaram que a Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar também estava buscando parecer sobre o caso. Entretanto, o Conselho Tutelar terá que dar um retorno ao Ministério Público quanto a esta situação. O conselheiro João falou que conforme discussão na reunião passada não existe previsão legal para se ter seis conselheiros atuando. Que o fato da conselheira estar em home office não configura que a mesma não esteja trabalhando. Informou que o tele trabalho não tem mais base legal e que o decreto será revogado e que as profissionais gestantes deverão retomar ao trabalho presencial. A presidente do Conselho Tutelar disse que o Ministério Público entende que os cinco conselheiros devem estar trabalhando ativamente e no formato que dita o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Que o Ministério Público solicitou parecer ao Conselho Tutelar sobre o assunto e que o órgão não respondeu ainda, pois aguarda retorno do CMDCA. Foi informado a conselheira tutelar que este CMDCA fez nova consulta a Procuradoria Jurídica e que o retorno foi lido nesta reunião, que o decreto que amparava as gestantes já foi revogado nacionalmente e que será revogado nesta semana pelo município. Que com estas informações recebidas, o conselho conseguirá informar formalmente o Conselho Tutelar sobre esta situação. O conselheiro João falou que no final do ano de Dois Mil e Dezenove, foi aprovado por este conselho a compra de livros para a Secretaria de Educação, para execução do Projeto Formação Política, Econômica e Social de Balneário Camboriú, no valor de Vinte e Cinco Mil, Setecentos e Cinquenta Reais, para confecção de Dois Mil exemplares, de um livro que tem como proposta, o registro dos fatos passados de nosso município, que nos levaram aos tempos presentes e que servirão de referência para o futuro, um resgate da história do município. João explicou que este projeto e recurso foram aprovados em Dois Mil e Dezenove para ser executado em Dois Mil e Vinte, porém neste ano começou a pandemia e o projeto ficou em espera até que a situação normalizasse, visto que as escolas ficaram fechadas. Com a retomada das aulas este projeto pode ser realizado, sendo assim, o conselho precisaria reaprovar essas confecções. Restou aprovado que conforme a Ata nº519, de dezesseis de abril e a Ata nº537, de cinco de novembro, ambas de Dois Mil e Dezenove, este conselho aprova a confecção dos livros de acordo com o Projeto Formação Política, Econômica e Social de Balneário Camboriú, da Secretaria de Educação, no valor de Vinte e Cinco Mil, Setecentos e Cinquenta Reais. Foi solicitado que os documentos expedidos e recebidos sejam encaminhados a todos os conselheiros antes da reunião, para que todos possam ler para ficarem cientes dos assuntos que serão tratados. O conselheiro Bruno informou que a partir do dia vinte e oito, o Projeto Inteligência Emocional realizado pela Secretaria de Educação, vai receber o material para o desenvolvimento do projeto, que serão Dois Mil, Quatrocentos e Noventa e Oito livros que serão distribuídos para os primeiros e segundos anos do Ensino Fundamental. Que no mês de abril iniciará a formação dos professores de primeiro e segundos anos, especialistas e gestores. Também informou que será realizado um evento para a entrega oficial dos materiais. A vice presidente encerrou a reunião convidando a todos para a Inauguração do Centro de

Inteligência Socioemocional – Casa da Família (Rua Três Mil e Cem), dia vinte e cinco de março, às dez horas. Nada mais havendo a tratar, eu Patricia Humenhuk, secretária deste CMDCA, lavro a presente ata, que segue assinada pelos conselheiros presentes.



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 05/04/2022 às 11:36:27 (GMT -3:00)

Ata nº592 - Ordinária de 22 de Março de 2022.pdf

ID única do documento: #ac3524a8-1ca5-4216-8224-b07375f21687

Hash do documento original (SHA256): 0b48e2d6dedcbcd463579d016cd0e06fad53c8d04363ddcd85653cd65cd77307

Este Log é exclusivo ao documento número #ac3524a8-1ca5-4216-8224-b07375f21687 e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (11)

- ✓ **CMDCA (Participante)**
Assinou em 07/04/2022 às 09:59:42 (GMT -3:00)
- ✓ **Sandra Mara Luchtenberg (Participante)**
Assinou em 06/04/2022 às 13:35:03 (GMT -3:00)
- ✓ **Leandro Teixeira Ghilardi (Participante)**
Assinou em 05/04/2022 às 11:41:20 (GMT -3:00)
- ✓ **João Carlos Alves dos Passos (Participante)**
Assinou em 05/04/2022 às 11:59:42 (GMT -3:00)
- ✓ **Valdeci Matias (Participante)**
Assinou em 05/04/2022 às 13:34:34 (GMT -3:00)
- ✓ **Bruno Figueredo Arceno (Participante)**
Assinou em 07/04/2022 às 09:49:56 (GMT -3:00)
- ✓ **Josiane Hoepers (Participante)**
Assinou em 07/04/2022 às 09:43:59 (GMT -3:00)
- ✓ **Mayara Cristina Fonseca (Participante)**
Assinou em 05/04/2022 às 12:02:12 (GMT -3:00)
- ✓ **Carli Verona Carneiro (Participante)**
Assinou em 05/04/2022 às 12:54:56 (GMT -3:00)



- ✓ **Maria Helena Bitencourt (Participante)**
Assinou em 05/04/2022 às 13:20:26 (GMT -3:00)
- ✓ **Patrícia da Costa Oliveira (Participante)**
Assinou em 07/04/2022 às 09:58:38 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora

05/04/2022 às 11:59:42
(GMT -3:00)

Evento

João Carlos Alves dos Passos (Autenticação: e-mail joaopassospps@hotmail.com; IP: 131.72.144.103) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

05/04/2022 às 11:36:37
(GMT -3:00)

CMDCA solicitou as assinaturas.

05/04/2022 às 11:41:20
(GMT -3:00)

Leandro Teixeira Ghilardi (Autenticação: e-mail leandro.ghilardi@bc.sc.gov.br; IP: 45.162.71.49) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

05/04/2022 às 12:02:12
(GMT -3:00)

Mayara Cristina Fonseca (Autenticação: e-mail mayypsyy@gmail.com; IP: 191.251.127.103) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

05/04/2022 às 12:54:56
(GMT -3:00)

Carli Verona Carneiro (Autenticação: e-mail carneiroveronacarli@gmail.com; IP: 143.255.220.56) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

05/04/2022 às 13:20:26
(GMT -3:00)

Maria Helena Bitencourt (Autenticação: e-mail mha402@gmail.com; IP: 191.179.138.224) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

Data e hora**Evento**

05/04/2022 às 13:34:34
(GMT -3:00)

Valdeci Matias (Autenticação: e-mail afadefi.bal@hotmail.com; IP: 177.55.164.4) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

07/04/2022 às 09:49:56
(GMT -3:00)

Bruno Figueredo Arceno (Autenticação: e-mail brunooarc@hotmail.com; IP: 177.51.77.82) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

07/04/2022 às 09:59:43
(GMT -3:00)

Documento assinado por todos os participantes.

07/04/2022 às 09:43:59
(GMT -3:00)

Josiane Hoepers (Autenticação: e-mail josiane.h@hotmail.com; IP: 131.72.144.71) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

07/04/2022 às 09:58:38
(GMT -3:00)

Patrícia da Costa Oliveira (Autenticação: e-mail patricia.oliveira@bc.sc.gov.br; IP: 45.162.71.33) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

06/04/2022 às 13:35:03
(GMT -3:00)

Sandra Mara Luchtenberg (Autenticação: e-mail sandralut@hotmail.com; IP: 186.212.56.60) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

07/04/2022 às 09:59:42
(GMT -3:00)

CMDCA (Autenticação: e-mail cmdcabalnariocamboriu@gmail.com; IP: 45.162.71.33) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.